

Do lulismo a Bolsonaro: agonia da Nova República no Brasil

Por Fabio Luis Barbosa Dos Santos¹

1. O modo lulista de regulação do conflito social

a) Hegemonia de dois consensos

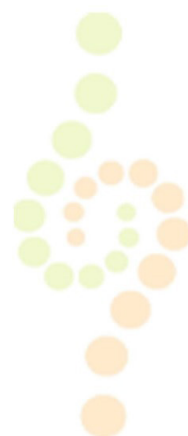
O modo lulista de regulação do conflito social pode ser resumido como uma combinação entre modestos ganhos para os extremos inferiores da pirâmide social brasileira, associada à intocabilidade do país como um negócio para o capital. A conjunção entre pequenos ganhos para os de baixo, com os lucros de sempre para os de cima, lastreou uma relativa pacificação social do país por mais de uma década.

A hegemonia lulista apoiou-se sobre a articulação de duas formas distintas, porém complementares, de consentimento. Em primeiro lugar, o consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo abraçado por uma burocracia sindical que, durante o período de crescimento econômico, soube garantir modestas, mas efetivas concessões aos trabalhadores. De maneira geral, o subproletariado semi-rural nos rincões do país foi beneficiado pelo Programa Bolsa Família, passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O precariado urbano beneficiou-se de aumentos do salário mínimo acima da inflação, e da criação de empregos formais. Por fim, no contexto de um mercado de trabalho aquecido, o proletariado sindicalmente organizado alcançou negociações coletivas vantajosas, tanto em termos salariais quanto em termos de benefícios trabalhistas (Braga: 2014; 2016). Em um país reputado por desigualdades abissais, estes discretos avanços foram suficientemente para sedimentar o consentimento dos subalternos à regulação lulista.

Ao mesmo tempo, o governo petista articulou concretamente os interesses da burocracia sindical, de lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, criando as bases para um consentimento ativo ao lulismo, cujo lócus foi o aparelho de Estado. Por meio da ocupação de postos nos conselhos dos fundos de pensão e dos bancos públicos, a alta burocracia sindical “financeirizou-se”, isto é, fundiu seus interesses ao capital financeiro (Oliveira: 2003).

A adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) a este projeto revelou a pedra filosofal do lulismo: as principais organizações sociais que outrora resistiram ao avanço do neoliberalismo, apoiavam agora um governo comprometido com o aprofundamento destas políticas. A relação de confiança construída ao longo dos anos entre o partido e organizações sociais, foi instrumentalizada para neutralizá-las. O carisma pessoal de Lula foi igualmente manipulado para este fim. Como parte desta regulação, pulularam políticas públicas e instâncias participativas, inócuas para modificar as estruturas sociais, mas eficazes para divergir o ativismo social. Militantes foram convertidos em gestores de projetos governamentais, quando não se tornaram simplesmente funcionários do governo. No conjunto, este arsenal de práticas e estratégias consolidou o consenso ativo ao projeto petista, fragilizando a autonomia do campo popular.

¹ Doctor en Historia Económica por la Universidad de San Pablo. Profesor de Elaciones Internacionales de la Universidad Federal de San Pablo. Autor de “origens do pensamento e da política radical na América Latina” (Editoria Unicamp, 2016) y de “Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana” Elefante Ed., 2017). E-Mail de contacto: faboroso@gmail.com



Inicialmente, lideranças e organizações justificaram seu apoio tácito com o argumento de que o governo estava em disputa. Entretanto, a noção de que era possível disputar o governo e trazê-lo para a esquerda nasceu morta. Desde a primeira vitória de Lula, o partido jamais cogitou construir uma correlação de forças para modificar o Estado brasileiro. Ao contrário, embarcou de modo consciente nas práticas da política profissional, caracterizada pela venalidade e pelo oportunismo. Se havia uma ilusão de que os petistas manejavam o Estado por meios escusos para fins legítimos, o que ocorreu foi o inverso e a máquina petista foi absorvida pela política convencional, da qual se tornou parte integrante (Santos: 2016).

As crises políticas acentuaram o descolamento entre a fidelidade dos movimentos e a venalidade do governo. Desde a primeira grave crise em torno do mensalão em 2005, a base orgânica do PT brandiu a ameaça de golpe, apesar do consenso contra o impeachment entre a burguesia neste momento. Em lugar de considerar a possibilidade de que o PT, que praticava uma política conservadora em todas as esferas, também manobrasse o parlamento de maneira convencional, recorrendo ao suborno, o campo popular cerrou filas com o governo: 43 organizações assinaram uma “Carta ao povo brasileiro” homônima ao documento de 2002, taxando as denúncias como manobras golpistas. Enquanto isso, o Planalto respondia reforçando a participação do PMDB no governo, os compromissos com o capital financeiro e as políticas assistencialistas focalizadas.

Dez anos depois, a operação Lava Jato, que expôs a promiscuidade entre empresas e políticos, também seria reduzida a uma perseguição política, apesar da prisão de empresários em cuja inocência poucos acreditam. Nestes dias, ainda se escutavam ecos da retórica do “governo em disputa”, o que implicava que o campo popular tinha sido derrotado em todas as batalhas ao longo daquele período. Entre alguns dirigentes, o discurso foi enriquecido com a ideia de que se armava um cerco contra a esquerda. A hipótese que poucos aventaram é que, a estas alturas, o PT fazia parte do cerco, e não da esquerda.

Em suma, a convergência entre as estratégias petistas de neutralização da crítica e a incapacidade de parte da militância em se desprender do partido, provocou uma espécie de sequestro da esquerda. Paradoxalmente, o principal legado do consenso ativo à hegemonia petista foi o imobilismo, o que tem tido consequências devastadoras desde que a paz lulista foi à pique.

b) Modernização conservadora

O modo lulista de regulação do conflito social se impôs com êxito notável durante as presidências de Lula e o primeiro mandato de Rousseff. Para compreender seu esvaziamento posterior e a reação que seguiu, é preciso analisar as dinâmicas em que se assentaram o consenso passivo das massas. Concretamente, examinaremos a criação de emprego, a elevação do salário mínimo e a expansão do ensino universitário, três elementos que articulam os protagonistas das jornadas de junho de 2013, momento em que vieram à tona as contradições do lulismo. O malogro da reforma urbana alentada pelas primeiras gestões petistas nos anos 1980, que então difundiam um “modo petista de governar”, e o retrocesso da reforma agrária, questão que mobilizou o mais poderoso movimento popular brasileiro sob o neoliberalismo, complementam um panorama da modernização conservadora avançada no período.



O esvaziamento do consenso passivo ao pacto lulista se tornou evidente a partir das Jornadas de Junho de 2013, maior ciclo de mobilizações populares da história do país desde o fim da ditadura em 1985. Pesquisas de campo indicam que os protestos foram protagonizados por jovens estudantes que trabalham, ou jovens trabalhadores que estudam. Este segmento foi duplamente afetado pelo projeto petista, uma vez que mais de 60% dos empregos criados durante estas gestões foram ocupados por jovens entre 18 e 24 anos, que constituem também os principais clientes da expansão do ensino superior no país (Braga: 2014).

Ao contrário da mitologia em torno de uma “nova classe média”, estudos mostram que o que houve sob as gestões petistas foi uma ampliação da base da pirâmide social brasileira. De cada dez novos empregos gerados durante os anos 2000, nove pagavam menos de 1,5 salários mínimos. Em 2014, quando se acentuavam os efeitos da desaceleração econômica, cerca de 97,5% do emprego criado situava-se nesta faixa de remuneração. O motor da expansão foi o setor de serviços, abarcando segmentos da sociedade que historicamente recebem remuneração mais baixa e são mais discriminados no mercado de trabalho: mulheres, negros e jovens (Braga: 2014; Pochmann, 2012).

Do ponto de vista do dinamismo econômico, Marcio Pochmann indica que “esse movimento de expansão dos empregos de baixa remuneração se mostrou compatível com a absorção do enorme excedente de força de trabalho gerado anteriormente pelo neoliberalismo”. Refletindo sobre o impacto deste movimento na estrutura social, o economista constata que, “seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média”. Ao contrário, revelam um perfil característico dos setores populares, que, diante de uma elevação da renda, não fazem poupança, mas ampliam imediatamente o consumo (Pochmann: 2012).

Para este grupo social, a recuperação do valor do salário mínimo é crucial. Em que pese uma discreta evolução na participação do trabalho sobre a renda durante os governos Lula, o alcance da política de recuperação do valor do salário mínimo deve ser matizado. Em primeiro lugar, trata-se de uma tendência anterior ao ciclo petista: durante os anos de FHC, entre 1994 e 2002, houve uma recuperação de 42% no valor real do salário mínimo, enquanto que, entre 2003 e 2014, a valorização registrada foi de 76,5%. A propalada política de valorização do salário mínimo, em vigor desde 2008, atrelou os aumentos salariais à inflação e à variação do PIB em um momento de crescimento econômico. Esta política teve algum efeito durante a alta das commodities, mas se torna nula sob recessão (Krein; Santos; Manzano: 2015).

Em segundo lugar, é preciso contextualizar os resultados alcançados em relação a períodos anteriores. A recente ampliação do emprego tem como referência um patamar rebaixado: o desemprego de massas dos anos 1990. De modo correspondente, a elevação do salário médio real do trabalhador apenas o recolocou, em 2013, em um patamar similar ao início do Plano Real. Porém, seu poder aquisitivo permanecia inferior ao verificado no início dos anos 1980, que por sua vez refletia o arrocho resultante de duas décadas de ditadura.

Se os avanços quantitativos são pífios, os dados qualitativos indicam um retrocesso nas condições de trabalho. Constata-se uma elevação da taxa de terceirização das empresas, o aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho, um aumento na taxa de rotatividade do emprego e um crescimento dos acidentes e mortes no trabalho — todos indícios de uma deterioração da qualidade do trabalho criado. Quando consideramos que



as forças motrizes da economia no período são a construção civil, o agronegócio e o setor de serviços, dificilmente se poderia esperar outro resultado. Em suma, o mundo do trabalho sob o PT avançou, a passos rápidos, em consonância com o movimento global de precarização do trabalho. Cresceu o “precariado” brasileiro: um grupo social despojado de garantias trabalhistas, submetido a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho (Braga: 2015).

Muitos destes jovens cursam o ensino superior na expectativa de disputar os empregos acima de 1,5 salários mínimos com a classe média, deixando para trás o mundo incerto e mal remunerado do precariado. Tornam-se, assim, os principais clientes da expansão das universidades privadas que ofertam cursos de péssima qualidade a preços baixos. Se é verdade que sob o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), vigente de 2003 a 2012, houve a criação de 14 novas universidades federais e cem novos campi, propiciando um aumento em torno de 60% nas matrículas em cursos presenciais de graduação, é notória a precariedade com que se deu esta expansão. A degradação das condições de trabalho e da carreira de técnicos e docentes, agravada por violentos cortes nas verbas para a educação, resultou em duas extensas greves em 2012 e 2015.

O braço principal da expansão do ensino superior não foi público, mas privado. Entre 2003 e 2014, a oferta de cursos de graduação no país espalhou-se de 282 para 792 municípios e, neste ano, 78,5% das vagas ofertadas no ensino superior eram novas. Porém, do total de 8 milhões de vagas, 90,2% pertenciam às universidades particulares (Zagni: 2016). A rigor, trata-se de uma expansão subsidiada, pois o governo federal opera por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni) vultuosas transferências de recursos públicos para a educação privada. A lógica subjacente é que é mais barato para o Estado subsidiar o universitário na faculdade privada do que manter a instituição pública que o formaria.

Ocorre que, ao final do estudo universitário, muitos descobrem que o caminho para a ascensão social é mais estreito do que o prometido. O trabalho precário, originalmente vislumbrado como um engajamento provisório, torna-se permanente. A precariedade deixa de ser um degrau e se torna uma parede, cada vez mais estreita, em um cômodo cada vez mais baixo. A vida se torna angustiante, no sentido etimológico do termo: comprimido, estreito, estressado. Os que alcançam algum êxito percebem que o mercado de trabalho exige o sacrifício cotidiano da ética para assegurar um lugar em um mundo marcado pela concorrência, pelo despotismo e pelo medo. E mesmo assim não há certeza sobre o futuro, pois são todos prescindíveis. Enfim, descobre-se que ser menos pobre, não torna a existência mais estável.

Para a maior parte, essa angustiada e instável existência transcorre na cidade, entre a casa, o estudo e o trabalho. A locomoção está no centro da vida. E as cidades brasileiras entraram em colapso, enquanto experiência de vida social e lugar de civilização.

Para entender este processo, Pedro Arantes analisa a trajetória da luta por reforma urbana no Brasil e sua conexão com as políticas urbanas federais. Fazendo uma analogia com o movimento sindical brasileiro, que pouco questionou a propriedade privada dos meios de produção, Arantes aponta que os movimentos de moradia nunca transcenderam o umbral da propriedade privada do solo. Assim, na medida em que se esvaziou o urbanismo “democrático-popular” praticado por gestões municipais petistas nos anos 1980, envolvendo a urbanização de favelas, a produção de moradias por mutirão e a autogestão, além de práticas como o orçamento participativo que caracterizavam um “modo petista de governar”, emergiram as condições para um consenso em torno de uma saída mercantil para a questão, tendo como horizonte a ideologia da casa própria (Arantes: 2014).



Ao mesmo tempo, as gestões petistas encaravam as cidades como marca ou como negócio, recorrendo cada vez mais a consultores urbanos internacionais, introduzindo mecanismos pós-modernos de privatização das cidades, como as operações urbanas, as vendas de certificado de potencial construtivo adicional, os grandes projetos urbanos e os megaeventos. Esvaziadas de seu potencial transformador original, as práticas que caracterizaram o “modo petista de governar” se converteram em tecnologias de gestão de massas urbanas empobrecidas.

Em consonância com a inflexão ideológica sofrida pelo PT, a reforma urbana deixou de ser vista como uma totalidade, até se confundir com “as práticas do setor imobiliário, dos governos de direita e do Banco Mundial”, como aponta Arantes. Neste percurso, se abriu mão de um pensamento substantivo sobre a cidade, que seria o próprio fim da reforma urbana. A mobilidade entendida como um direito urbano fundamental, porque é meio de acesso a outros direitos, foi uma das dimensões sepultadas com esta problemática. Assim como não se questionou a propriedade do solo, não se problematizou a catraca, que esteve no cerne da rebelião de 2013.

Alcançada a presidência, a forma principal da concertação petista entre capital e trabalho no plano da habitação popular, foi o programa Minha Casa Minha Vida. Do ponto de vista da racionalidade governamental, o desafio foi convencer o capital imobiliário a atender aos mais pobres, o que significou converter o sem-teto em um consumidor de moradia, e a moradia popular, em um negócio rentável. A era da autoconstrução e dos mutirões deu lugar a uma aliança entre trabalhadores e capital imobiliário, que tem como fiador os fundos públicos. Neste arranjo, todas as dimensões do processo construtivo são controladas pelo setor privado: desde a política de terras até o padrão de urbanização, passando pelo local e a tecnologia construtiva. É consumada a identificação entre direito à moradia e direito à propriedade, em um processo que Arantes interpreta como uma “solução compensatória da reforma urbana que não ocorreu” (Arantes: 2014).

A questão agrária sob as presidências petistas foi encaminhada de modo análogo, com resultados igualmente frustrantes. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, foi evidente desde o início que a reforma agrária sob Lula estaria marcada por dois princípios: “Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil” (Oliveira: 2013). Um conjunto de medidas ao longo das gestões petistas sedimentou esta orientação antipopular, como a Lei de Biossegurança, que regularizou a produção e comercialização de sementes transgênicas; o Programa Terra Legal, que legalizou a grilagem de terras na Amazônia; a renegociação das dívidas dos ruralistas; o desmanche do Código Florestal; além das obras de infraestrutura voltadas a potencializar o agronegócio referidas ao PAC e à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Esta realidade confrontou organizações do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com uma difícil situação. O apoio ao governo contradizia a defesa da reforma agrária, que dava ao movimento sua razão de ser. Por outro lado, a gestão federal acenou com múltiplos vínculos possíveis, desde a nomeação de militantes para cargos de baixo escalão até a difusão de políticas assistencialistas na base do movimento, como o Bolsa Família. Era um contraste notável com a repressão da gestão anterior.

No plano produtivo, o governo multiplicou os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), emulado pelo Banco Mundial e implementado no país durante a gestão FHC. Mais do que uma linha de crédito, a concepção



do programa supõe uma engenharia social orientada a transformar a agricultura familiar em uma peça na engrenagem da agroindústria transnacional. Do ponto de vista político, este incentivo contemplava uma das bases do movimento: as famílias já assentadas. Porém, isso se realizava às expensas das famílias acampadas sem-terra, dos agricultores pauperizados e do trabalhador agrícola em geral.

Via de regra, os incentivos à agricultura familiar tendem a dispensar a mediação de movimentos sociais e quase sempre, fomentam a monocultura: metade dos créditos liberados entre 2003 e 2011 foi destinado a plantios de milho e soja. Como resultado, tanto no Nordeste como no Sul do país, como aponta Alex Hilsenbeck, havia assentamentos do MST dedicando-se à monocultura da mamona ou do girassol, em iniciativas mediadas por convênios com a Petrobras, em detrimento da policultura de gêneros alimentícios (Hilsenbeck: 2013).

O modo como as presidências petistas lidaram com a reforma agrária e a questão urbana, questões que mobilizaram os movimentos populares mais combativos no Brasil desde o fim da ditadura, é revelador da economia política que se propôs. No campo, diluiu-se a contradição entre agricultura familiar e monocultura de exportação, mas às custas da reforma agrária. Na cidade, dirimiu-se a contradição entre direito à moradia e a cidade como negócio, mas às expensas da reforma urbana.

Atravessando campo e cidade, pretendeu-se aliviar a contradição entre integração social e superexploração do trabalho, substituindo a luta por direitos pela capitalização dos pobres. A expansão do bolsa-família e de empregos baratos articulou-se à expansão do crédito popular e do ensino superior privado, para tecer um horizonte de inserção individual, mediado pelo consumo. O sonho da mobilidade social alentou o precariado como uma condição passageira, que teve como piso o bolsa-família e como pé direito, o ensino superior privado. O crédito popular alimentou sonhos de consumo e de ascensão profissional, bem como a casa própria e a lavoura mercantil. Enquanto algumas famílias comeram mais, outras tiveram um filho na universidade pela primeira vez. Todas sonharam em deixar a senzala, embora não juntas.

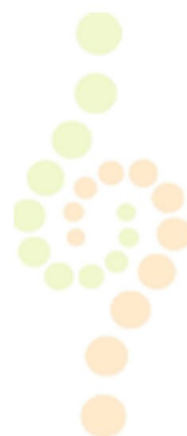
Em seu empenho por aliviar os males que afligem a sociedade brasileira desde a origem colonial, o petismo mitigou provisoriamente alguns de seus sintomas. Porém, suas causas se agravaram. Avanços modestos corresponderam a um aprofundamento de problemas estruturais, evidenciados na deterioração das condições de trabalho e no retrocesso das questões urbana e agrária, sobre o pano de fundo da reprimarização da economia. No plano político, a aposta na conciliação de classes nutriu negócios e interesses conservadores, ao mesmo tempo em que acomodaram-se, por meio de concessões e privilégios, muitos dos que pressionaram por mudança no passado.

Entretanto, este esforço do lulismo em contornar as contradições que tensionam a sociedade brasileira, como se fosse possível erradicar os males sem mexer nas raízes, revelou-se uma quimera, que começou a desmanchar-se em junho de 2013.

2. Lulismo em crise

a) Das jornadas de junho às mobilizações pelo impeachment

As contradições associadas ao lulismo afloraram nas jornadas de protesto de junho de 2013 - embora o próprio governo não tenha interpretado os eventos desta maneira. Pois para quem via o Brasil com os óculos do lulismo, a revolta popular surgiu como um raio em



céu azul. Movimento multifacetado que gerou interpretações diversas, a onda de protestos não teve como alvo específico o governo. O sentido das consignas gravitava em torno a três questões fundamentais: democratização das cidades, políticas públicas universais e uma reação ao cretinismo parlamentar — a ilusão de que o parlamento representa a nação. Fazendo as contas, a rebelião contestava a modernização conservadora aprofundada pelo PT.

Ao longo daquele mês, durante aproximadamente três semanas, um terremoto social chacoalhou a cena política brasileira. No seu apogeu, estima-se que dois milhões de pessoas foram às ruas, em mais de 120 cidades. Então, cerca de 80% dos brasileiros apoiavam os protestos. Inicialmente, as manifestações reagiram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas logo a pauta de reivindicações incluiu outros serviços públicos, notadamente saúde e educação. A ampliação do escopo original dos protestos foi sintetizada no slogan: “Não é por centavos, é por direitos!”

Coincidindo com a Copa das Confederações, evento teste para as instalações da Copa do Mundo, as jornadas de junho captaram nas relações da Fifa com o país uma síntese da modernização conservadora petista. A paródia “era um país muito engraçado, não tinha escolas, só tinha estádios” sintetizava esse mal-estar, em que sofisticados padrões de consumo convivem com a primitiva reprodução social da existência. Erguidos com dinheiro público às custas da remoção de populações e da superexploração do trabalho, como parte de negócios internacionais espúrios que enriqueceram políticos e empreiteiras, além de divertirem uns poucos frequentadores que puderam pagar pelos ingressos, os estádios da Copa do Mundo emergiam como autênticos monumentos ao subdesenvolvimento (Santos: 2016).

Se é certo que as manifestações não tiveram como objeto os governos petistas em particular, também é fato que a contestação da ordem o incluía. Só é possível defender que o mal-estar nas ruas não se dirigia também ao governo federal e ao PT se considerarmos que, dez anos depois de chegar à presidência, ambos não tinham nada a ver com o que o país era. O mais provável é o contrário: que as manifestações traduzissem, ainda que de maneira difusa, uma enorme frustração.

Entretanto, a reação do governo revelou que a frustração continuaria. Se as manifestações tiveram êxito em suspender reajustes da tarifa em todo o Brasil, a agenda política nacional não se modificou. Conquistaram-se centavos, mas não direitos. O governo Rousseff protagonizou jogos de cena e compromissos retóricos, mas logo anunciou uma nova rodada de privatizações, elevou a taxa de juros e apertou ainda mais o ajuste fiscal, cortando gastos públicos e aumentando o superávit primário. Em lugar de ressoar as demandas das ruas, agilizou uma lei antiterrorismo para intimidá-las, visando manter as massas longe da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016.

Também nas eleições presidenciais em outubro de 2014, a agenda pública colocada nas ruas no ano anterior, foi ignorada. As prioridades do governo são ilustradas por dados da Auditoria Cidadã da Dívida, indicando que, naquele ano, 45,11% de todo o orçamento executado foi comprometido com juros e amortizações da dívida pública — ou doze vezes o investido em educação, onze vezes o investimento em saúde e mais que o dobro dos gastos com a previdência social (Fatorelli; Avila: 2015).

Entretanto, este pleito testemunhou uma polarização política sem correspondência com o que efetivamente estava em disputa: a gestão da crise que se assomava. Um clima de hostilidade visceral intoxicou o eleitorado, e o povo brasileiro assistiu a uma radicalização reacionária. Neste contexto, muitos de seus melhores quadros acudiram



a uma defesa apaixonada do petismo, esvaziada de qualquer potencial de mudança. No outro polo, uma classe dominante sempre avessa ao protagonismo popular sentiu que o momentum lulista passava, e retomou a ofensiva. Sem alternativas programáticas a apresentar, sua crítica deslizou rapidamente a preconceitos revelando a intolerância com a existência de um partido de trabalhadores, embora desprovido de autonomia de classe.

Reeleita por escassa margem, Rousseff deparou-se com um cenário diferente em seu segundo mandato. A reversão da conjuntura internacional favorável às commodities, as pressões inflacionárias, o avanço do desemprego, as altas taxas de juros, a queda nas exportações, uma indústria soçobrando, tudo isso em meio a uma sucessão de escândalos de corrupção, acentuaram a fragilidade do Executivo, explorada arditamente por um Congresso cujo perfil refletia a degradação do tecido social brasileiro. Neste contexto, Rousseff imediatamente abandonou o seu programa de campanha e adotou a agenda do candidato derrotado, implementando um draconiano ajuste fiscal, que implicou cortes em todos os ministérios de atuação social. Assombrado pelo espectro do impeachment, o governo seria pressionado a ceder cada vez mais, na expectativa de aplacar a voracidade do PMDB e do grande capital.

Entretanto, a desaceleração econômica, que resultou em taxas negativas de crescimento em 2015 e 2016, comprometia o esteio burguês do governo. Por sua vez, os cortes nos gastos federais agravaram os efeitos da recessão sobre o emprego, prejudicando os trabalhadores. Segundo a Pesquisa Mensal de Amostras por Domicílio Contínua, a taxa de desocupação do trimestre encerrado em novembro de 2016 atingia 12,1 milhões de trabalhadores, contra 9,1 milhões no ano anterior. Ao mesmo tempo, recrudescer a hostilidade de setores médios tradicionais, incomodados com o encarecimento do trabalho doméstico, o afluxo popular em shoppings e aeroportos, e a concorrência por empregos pagando mais do que 1,5 salário mínimo.

No momento em que denúncias de corrupção em torno da Petrobras passaram a monopolizar o noticiário, a insatisfação desta classe média explodiu em uma onda de manifestações favoráveis ao impeachment de Rousseff, que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras em março e abril de 2015. Marcelo Badaró salienta a diferença da base social de manifestantes em relação a junho de 2013. Em lugar dos trabalhadores que estudam, em 2015 predominou a população adulta, concentrada entre 30 e 50 anos, branca e que recebe mais de 5 salários mínimos. Os manifestantes oriundos de famílias ganhando até 3 salários mínimos, não passaram de 20% (Badaró: 2015). Além disso, os protestos contaram com apoio midiático, foram dirigidos e financiados por organizações com vínculos classistas, algumas delas ligadas a think tanks estadunidenses. Portanto, houve uma reviravolta e não uma continuidade linear entre os ciclos de manifestações de 2013 e 2015.

No entanto, existe ao menos uma relação importante entre as duas ondas de protesto. Junho abriu uma nova conjuntura política, marcada pelo esvaziamento do modo lulista de regulação do conflito social. Em seguida, a crise econômica estreitou a margem para a conciliação de classes, ensejando uma atualização do regime de acumulação. A versão petista de um neoliberalismo inclusivo cedia lugar à espoliação social, enquanto a era da conciliação deslizava para a guerra de classes. Embora iniciada no governo Rousseff, esta inflexão consumou-se com o processo de impeachment.



b) Impeachment

Enquadrado nesta perspectiva, o impeachment que derrubou Rousseff em 2016 não refletiu uma disputa substantiva de projeto de país, mas um realinhamento de forças políticas e de estratégias de acumulação, no contexto de exaustão da pacificação social lulista. Inicialmente, a estratégia da direita antipetista não contemplava o golpe, mas como se dizia abertamente, era “fazer o governo sangrar”. Entretanto, como acontece muitas vezes na história, a política adquiriu um dinamismo próprio e os tempos se aceleraram. Quando o PT lançou um candidato do partido à presidência do congresso, a base parlamentar do governo fissurou-se. Primeiro acusado da operação Lava Jato, que investigava a corrupção associada à Petrobras, o diabólico presidente da casa, Eduardo Cunha, logo converteu-se em implacável inimigo da presidência, instigando a conspiração açulada por seu correligionário, o vice-presidente Michel Temer.

Em abril de 2016, Rousseff foi afastada do cargo e quando se encerraram os Jogos Olímpicos em agosto, consumou-se a deposição. O pretexto foram as chamadas “pedaladas fiscais”, prática de adiar o repasse a bancos públicos de recursos a serem distribuídos em programas governamentais, como o Bolsa Família, com o objetivo de minimizar desequilíbrios no orçamento estatal. Para não atrasar os programas, os bancos recorrem a recursos próprios, que posteriormente são restituídos pela União. Segundo parecer do Tribunal de Contas da União, esta prática configura um empréstimo, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, trata-se de prática corrente na gestão pública brasileira, a qual recorreram os presidentes anteriores (Cardoso e Lula), além de dezessete governadores da federação naquele mesmo ano. Configurou-se portanto, um julgamento político travestido como um processo judicial: um golpe de Estado operado pelo parlamento, em conluio com o poder judiciário e a grande imprensa.

Entretanto, este golpe não foi motivado por qualquer contradição programática fundamental. Na realidade, o governo acolhia as pautas da direita, como a reforma da previdência, o congelamento dos gastos públicos e a desnacionalização do pré-sal. O processo circunscreveu-se a uma disputa no seio do que Marx descreveu como o “partido da ordem”, avesso ao protagonismo popular. Neste diapasão, o governo tentou negociar sua salvação até o último momento com o próprio Cunha, sempre nos termos vis da política anti-republicana da barganha de interesses.

A perda do comando sobre a pequena política, que o PT manejava exitosamente durante treze anos, refletiu o esvaziamento do modo lulista de regulação do conflito social. Quando o partido assumiu a presidência em 2003, seu prestígio diante das organizações de trabalhadores foi fundamental para viabilizar a reforma da previdência que FHC não conseguira. Em 2016, porém, a militância estava apassivada, entre a dispersão e a resignação. Por outro lado, a redução no consumo das famílias, que se antevia pela primeira vez desde 2004, sugeria que a base popular do lulismo estava em risco, enquanto a recessão econômica (-3,8% em 2015, -3,5% em 2016), comprometia a sua base burguesa. A funcionalidade política do lulismo se esvaziara. O braço direito do partido da ordem retomava a iniciativa e não tinha por que ser complacente com seus rivais. A prisão de Lula em abril de 2018, num processo marcadamente persecutório e sem nenhuma prova consistente de corrupção, foi uma demonstração cabal desta ofensiva.

3. A economia política dos golpistas e os dilemas da esquerda

Concebido no pecado original da traição, o governo Temer reflete o abandono da estratégia conciliatória da burguesia brasileira, em nome do enfrentamento aberto com a



classe trabalhadora. A combinação entre o congelamento do gasto público por vinte anos, a reforma trabalhista e a projetada reforma da previdência, apontam para uma regressão das condições de vida do trabalhador ao século XIX. Profundamente antipopular, este processo é acompanhado pela agudização da repressão e criminalização da luta social; de ataques à organização sindical e ao direito à greve; pela lei da mordaza; pelo avanço da lei da “escola sem partido” em muitos municípios; pela reforma do ensino médio; entre outras medidas visando coagir a insurgência de setores populares, particularmente entre os mais jovens. A burguesia faz o réquiem da “Nova República”, fundada na “Constituição Cidadã”.

Entretanto, diferente do golpe militar em 1964, estas medidas não traduzem uma inflexão no sentido da história brasileira, mas apontam para uma aceleração no ritmo e no tempo da política prevalente. Por exemplo: a emenda constitucional que congela os gastos públicos por vinte anos radicalizou a lógica do ajuste estrutural, praticada regidamente pelas gestões petistas. Um mês antes de ser afastada, Rousseff surpreendera os servidores públicos com o Projeto de Lei 257, de alcance mais modesto, mas de racionalidade similar. A mudança no regime de exploração do petróleo na camada pré-sal, aprofundada por Temer, também foi iniciada pelo governo deposto, enquanto a perseguição popular em curso se escora na lei antiterrorista sancionada por Rousseff às vésperas do seu afastamento. As continuidades são sintetizadas pela figura de Henrique Meirelles: o ministro da Fazenda do governo golpista comandou o Banco Central durante os mandatos de Lula (2003-2010), quando deixou a bancada de deputados federais do PSDB para assumir o cargo.

Deste ponto de vista, o governo Temer pode ser visto como uma metástase das administrações petistas, uma vez que os interesses antipopulares que aquelas jamais enfrentaram, agora se espalham desimpedidos. Do mesmo modo, os corruptos profissionais que aprofundaram a governabilidade petista deixaram de ser comensais, assumindo o comando do Estado. Em suma, o esgotamento do lulismo traduziu um esvaziamento das mediações entre as aspirações predatórias da burguesia brasileira e os direitos e anseios dos trabalhadores.

O assalto em curso aos direitos dos trabalhadores levanta a questão: porque o campo popular não tem reagido à altura? Este problema exige examinar sucintamente o legado do lulismo no plano da mobilização popular, e a política petista depois do golpe.

Antes de mais nada, faz-se necessário dizer que o PT no poder corroborou para confundir, apassivar e alienar o campo popular. Ao implementar um programa e práticas da direita, mas apresentando-se como um governo de esquerda, o petismo colaborou para confundir as percepções populares. A indiferenciação entre esquerda e direita alimentou a apatia, uma modalidade de despolitização. É sob este prisma que se compreende os altíssimos índices de abstenção nas eleições municipais em outubro de 2016, que nas duas maiores cidades do país, superou a votação do eleito quando somada aos votos nulos e em branco.

O outro lado da política que integrou o PT à ordem, foi distanciá-lo de suas bases populares. Como vimos, ao contrário de negligenciar as organizações que historicamente o apoiaram, as gestões petistas procuraram envolvê-las na gestão pública, mas não para realizar suas demandas históricas, e sim para neutralizá-las. Evidentemente, esta é uma via de mão dupla: setores organizados dos trabalhadores brasileiros se identificaram com esta política, seja por acreditarem nos avanços possíveis, seja pelos benefícios materiais e simbólicos que acessaram no processo.



A disjuntiva entre ser sócio minoritário do poder ou fazer oposição provocou fraturas no movimento sindical e em organizações populares. A defesa de um governo antipopular, porém identificado com a esquerda, gerou situações ambíguas para a militância, em todos os níveis. No limite, as contradições distanciaram as organizações das suas bases. Apenas os mais comprometidos política ou emocionalmente com o PT foram capazes de fazer vistas grossas ao que ocorria. Ainda que estas tensões não tenham convergido em uma oposição de esquerda, a desilusão reforçou o apassivamento e a fragmentação.

Por fim, a política petista contribuiu para alienar o povo em lugar de politizá-lo, porque promoveu o consumo popular como solução para os problemas sociais - uma via individual e não coletiva, que mercantiliza o que são direitos, como saúde, educação e previdência. Em lugar de fomentar saídas de classe para os problemas brasileiros, o partido na presidência cultivou variantes da ideologia e da prática liberal: políticas focalizadas, conciliação de classes e inclusão pelo consumo.

É sob o prisma da confusão, da domesticação e da alienação promovidas que se entende a pífia reação popular aos críticos eventos recentes: o impeachment, o assalto antipopular liderado por Temer e a prisão de Lula. Ao longo destes momentos, a posição petista foi ambígua, uma vez que a convocação popular esteve subordinada a cálculos eleitorais, projetando o retorno do seu líder máximo. Neste contexto, é difícil dizer se o partido não recorreu às massas por receio de abrir uma caixa de Pandora, ou porque avaliou que seria um fiasco. O fato é que, no momento em que o ex-presidente foi levado à prisão, sua eterna liderança nas sondagens presidenciais não se converteu em solidariedade nas ruas.

Entre o golpe em agosto de 2016 e a prisão em abril de 2018, frustrara-se qualquer expectativa de autocrítica do partido. Ao contrário, o hiato entre a indignação das bases e a prática partidária seguiu abismal: dois meses após o impeachment, o PT coligou-se com partidos da base golpista em cerca de 1500 candidaturas a prefeito Brasil afora, em muitos casos com tucanos e com o DEM, seus antípodas no congresso. O ex-presidente da CUT e ex-ministro Luis Marinho, justificava tais aproximações com o argumento de que “a maioria do povo também apoiou o impeachment e nós queremos recuperar a maioria do povo”, enquanto Lula falava em “perdoar os golpistas que fizeram essa desgraça no país”. Nas eleições municipais, candidatos do partido evitaram tocar no impeachment, como o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que considerou a palavra “golpe” um “pouco dura” em debate público. A timidez incidiu nos protestos populares. Nas greves gerais ensaiadas no ano seguinte muitos gritaram “fora Temer”, mas evitou-se a crítica à ditadura do ajuste estrutural, com a qual um Lula reeleito, não romperia.

Entre a esquerda, a noção de que é preciso atrair o petismo limitou o alcance da crítica, aspirando-se a uma frente com aqueles que durante treze anos fizeram frente com o capital. Em linhas gerais, este é o dilema que a pautava nas eleições presidenciais em 2018, que tem sua principal expressão política no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): uma candidatura de frente ampla, arriscando-se a um petismo moralizado, ou a superação deste horizonte em nome de um projeto revolucionário, que pode ter pouca ressonância imediata. Na disputa interna, a candidatura do líder sem-teto Guilherme Boulos, apontou para o primeiro caminho, enquanto o outro polo foi encarnado pelo economista Plínio Sampaio Jr., que foi derrotado.

Reeditava-se assim, o dilema de uma esquerda que peleja para libertar-se da lâmpada mágica do lulismo: em 2016, o desafio foi opor-se ao impeachment sem endossar o governo Rousseff; em 2017, construir um “fora Temer” que não fosse um “volta PT”;



nas eleições de 2018, uma campanha que não faça da libertação de Lula o seu eixo, embora condene esta injustiça. Em resumo, a esquerda brasileira ainda tem contas a acertar com o PT, premissa necessária para uma política que o supere. Enquanto isso, o país submerge na onda reacionária que caracteriza a política mundial.

4. *Post scriptum: Eleições presidenciais 2018*

Na superfície, a eleição presidencial brasileira pareceu complexa. Apesar do golpe e da prisão, o PT chegou ao segundo turno e enfrentou uma temível cria da ditadura – o capitão Jair Bolsonaro. O que esteve em disputa nesta eleição? Quem era o candidato do capital? Qual a estratégia da classe dominante? E a resposta da esquerda?

1.

Para a classe dominante, a economia não esteve em disputa nas eleições: o vencedor enfrentaria os problemas do neoliberalismo, com mais neoliberalismo. Seja pela via utópica de um “neoliberalismo inclusivo” pregado pelo PT, seja pelo ultraneoliberalismo dos tucanos ou de Bolsonaro.

O que a classe dominante disputa é a forma política de gestão da crise brasileira. Qual será a cara do arranjo institucional, jurídico e cultural que substituirá a Nova República, definitivamente condenada.

No plano imediato, duas vias estavam colocadas.

Segundo suas próprias palavras, Lula oferecia credibilidade e estabilidade. A credibilidade de que falava não é com os de cima – duramente afetada, mas com os de baixo: o que Lula disser, a sociedade aceitará. Em outras palavras, o lulismo oferecia sua capacidade de convencimento e neutralização popular, como via da ordem. Se Dilma Rousseff foi a sombra de Lula, Fernando Haddad se projetou como o avatar desta política.

No polo oposto complementar, estava Bolsonaro. Como entendê-lo? Bolsonaro é a resposta assustadora de uma sociedade assustada. Quem está sem trabalho tem medo da fome, e quem trabalha, tem medo do desemprego. Todos tem medo da violência, e também tem medo da polícia.

Em um contexto de desprestígio das formas coletivas de luta, Bolsonaro promete a ordem pela truculência. Como Trump nos Estados Unidos, Erdogan na Turquia, Modi na Índia, o uribismo na Colômbia ou o fascismo na Itália – todos então no poder. Bolsonaro não está sozinho: é uma tendência, não uma aberração.

Em síntese, vislumbravam-se vias distintas para gerir a colossal crise brasileira: o PT oferecendo a ordem na conversa, enquanto Bolsonaro, propunha a ordem na porrada.

2.

Na impossibilidade de Alckmin, Meirelles ou Amoedo, candidatos preferíveis para as finanças, qual destas vias era preferível para o capital?

Se vencesse Haddad, seria um problema governar. O dilema do poder seria como entocar de volta a cobra do antipetismo. Como convencer aqueles que embarcaram na correria do impeachment e da prisão de Lula, a aceitar que tudo isso desembocasse em Haddad?



Vencendo Bolsonaro, há um problema para os governados. Sua base entre os poderosos é frágil, sua rejeição popular é alta e sua índole, imprevisível. A questão é: quem disciplinará o disciplinador?

Haddad como Bolsonaro são respostas provisórias e necessariamente instáveis, de uma classe dominante que se reorganiza.

3.

Para além do imediato, o sentido da movimentação burguesa é na direção Bolsonaro. Pois o fim da nova República também compromete os tucanos. É isso o que explica o Partido Novo – tão “novo” na política quanto é “democrata” o DEM. Expressa uma classe dominante intuindo que novos tempos exigem novas respostas: é o Bolsonaro que ainda não saiu do armário.

Porque o ideal para a classe dominante é um bolsonarismo sem Bolsonaro.

Na França, a fascista Marine le Pen se queixa daqueles que se uniram para derrotá-la no segundo turno. Por que afinal, diz uma Le Pen inconformada, elegeram alguém que implementa suas políticas, mas sem fazer alarde.

Por baixo da poeira das eleições, a classe dominante brasileira forja seu Macron. O cruzamento de Bolsonaro e Amoedo pode ser João Dória, ou Sergio Moro.

4.

Entre a derrocada do lulismo, que se configurou na rebelião de junho de 2013, e um bolsonarismo confiável, a classe dominante se repagina. Este reordenamento se expressou na dispersão de candidatos. Como em 1989, quando começava a Nova República, a classe dominante busca um caminho, mas agora para enterrá-la.

Neste contexto, os tucanos fizeram sua autocrítica: melhor teria sido deixar Dilma sangrar, do que conspirar pelo golpe e compor com Temer. Foram com muita sede ao pote, e agora estão condenados à paciência.

A classe dominante e os tucanos calculam quem é mais útil para queimar e ser queimado, na expectativa de fundar sobre esta terra arrasada a nova ordem à sua semelhança.

Entretanto, o futuro sob Bolsonaro é imponderável. Muitos o apoiaram para se livrar do PT, mas agora quem livrará o Brasil dele? A democracia-cristã apoiou o golpe no Chile para voltar à presidência, o que de fato aconteceu, só que 17 anos depois.

5.

Não há novidade na adesão dos de cima a Bolsonaro. Embora xucro e vulgar, a violência que ele encarna é, em primeiro lugar, uma violência de classe.

O drama é a adesão popular. Na ausência do líder carismático, o subproletariado que sustentou o lulismo pendeu para Bolsonaro, exceto no nordeste. Todo brasileiro conhece quem já votou no Lula e agora, elegeu o capitão. Lula estava preso, mas quem votou, não estava. O que aconteceu?

Descartando-se a hipótese de que todos que nele votaram são fascistas ou foram manipulados contra o PT, este deslizamento sugere a incômoda hipótese de que o bolsonarismo é o oposto do lulismo – seu lado B, e não o seu contrário.



É certo que o antipetismo envenenou o debate, mas diversos candidatos empunharam esta bandeira. Homem da velha política, Bolsonaro vendeu-se como o novo. O segredo pode ter sido a forma e não o conteúdo: o capitão maneja a linguagem da brutalidade, que um povo brutalizado conhece e entende. De um modo perverso, fala com o povo, como Lula. No processo, se diferenciou dos candidatos almofadinhas e dos candidatos de sempre.

Se Lula despontava como um messias, Bolsonaro virou um mito.

6.

Ainda que de forma postiça, Bolsonaro projetou-se do lado de quem, como ele, não articula bem as ideias, nem entende muito das coisas. Defendeu valores e não um programa. Daí o diálogo fluido com os evangélicos.

A campanha petista, por sua vez, apostou na vitimização de Lula e depois, em fazer dele o candidato por trás do candidato: “Haddad no governo, Lula no poder”. De um jeito ou de outro, a campanha foi modelada pelo lulismo até o início do segundo turno, sem discutir os problemas do país nem o governo Temer. Tampouco atacou-se Bolsonaro. Como disse Maringoni, Lula pretendeu transformar as eleições em um plebiscito sobre si mesmo. Neste processo, o partido contribuiu para despolitizar a disputa e deslocá-la para o plano moral.

Se a campanha petista brandiu por justiça, o principal valor evocado por Bolsonaro foi a ordem, o que para ele significa concluir a obra inacabada da ditadura. Talvez seja esse, afinal, o seu programa.

Paulo Arantes sugere a seguinte hipótese: no passado, os militares associaram seu poder à industrialização do país, que arrancou e se consolidou entre duas ditaduras: o Estado Novo e o golpe de 1964. Confrontados com a regressão industrial e a degradação social, agora os militares jogaram a toalha, desistindo de um Brasil potência. Então, arregaçam as mangas para uma gestão armada da vida social, visando segurar em pé um país que se desmancha. Apostam suas fichas em uma relação privilegiada com os Estados Unidos, em um contexto de salve-se quem puder global.

Lula enviou o general Augusto Heleno para comandar a missão da ONU no Haiti, pensando em fazer do Brasil um “global player”. O general voltou pensando em como evitar que o Brasil se faça um Haiti. Barrado como vice de Bolsonaro por seu partido, Heleno se servirá desta experiência como ministro da Defesa no novo governo.

7.

À maneira colombiana, as mentiras da direita intoxicaram a campanha, travaram o debate e acuaram a esquerda. Antes de mais nada, são mentiras porque acusam pela esquerda, quem há muito se empenha na direção contrária. Foi por iniciativa própria que o PT tirou o vermelho da campanha. Para mostrar aos brasileiros o que é direita, foi preciso inventar uma esquerda. Se a luta de classes não foi superada é por culpa deles, não do Lula.

O antipetismo dos de cima não tem como alvo o que o partido é, mas o que ele representa: o PT surgiu como o primeiro instrumento político autônomo dos trabalhadores brasileiros - um momento em que a senzala levantou a cabeça, e se organizou.

O antipetismo dos de baixo é uma mistura complicada, que inclui uma profunda frustração com o PT, transmutada em raiva. Descobre-se afinal, que a esperança não



venceu o medo, porque nunca o enfrentou. Então, o medo sequestrou a esperança. Agora, a esquerda tem a tarefa de libertá-la.

8.

E a esquerda nisso tudo?

Paradoxalmente, revela mais dificuldade em captar a mudança. Para a direita, está claro desde junho: o tempo do neoliberalismo inclusivo se foi. Transitou-se da conciliação para a guerra de classes. É esse o pano de fundo da agonia lulista.

Que o próprio Lula não se dê conta do seu anacronismo, é esperado. Que o PSOL seja envolvido por este autoengano, pode ser uma trágica miopia. A candidatura Boulos hesitou em diferenciar-se do PT, tateando o novo pela esquerda.

O lulismo é uma política que navega nas águas da ordem. Só o que poderia ressuscitá-la como alternativa burguesa é o ascenso das massas. O paradoxo é que isso só acontecerá se rompidas as amarras do lulismo - como em junho. Mas quando isso ocorrer, os revoltosos perguntarão: toda essa correria para Lula-lá?

Se a cobra do antipetismo é difícil de guardar, o além do petismo será muito mais. Por isso não interessa, nem a Lula, o povo na rua.

Ambicionando uma ponte entre o petismo e a esquerda, a candidatura Boulos foi estrangida pela agenda do primeiro. No processo, arriscou a corroborar o sequestro da esquerda na lâmpada mágica do lulismo. Para além de suas contradições internas, esta política perdeu o lastro na história: por isso não se repetirá, senão como farsa.

O lulismo não é o antídoto ao fascismo, mas um entorpecente que dificulta a compreensão do que se passa. Só com luta os brasileiros escaparão da barbárie, não com morfina.

9.

Independentemente do resultado, o vencedor da eleição já era Bolsonaro. Porque foi quem pautou o debate. O eixo da discussão deslocou-se para a direita, insulando ainda mais o debate estrutural. Por outro lado, este pleito a esquerda já perdera, porque nem entrou no jogo.

Para voltar à primeira divisão da política, precisará atualizar diagnóstico e estratégia. Enquanto isso, assistiremos as derrotas se acumularem, sem sequer disputar os rumos da história.

São Paulo, 29/10/2018, dia seguinte à eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil.

Referencias

ARANTES, P. (2014). Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. Em: SAMPAIO JR., Plínio. Jornadas de junho: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP.

BADARÓ, M. (2013) Junho e nós: das jornadas de 2013 ao quadro atual, Blog Junho, disponível em: <http://blogjunho.com.br/junho-e-nos-das-jornadas-de-2013-ao-quadro-atual/> . Fecha de consulta: 02/07/2015.



- BRAGA, R. (2015). Contornos do pós-lulismo. Entrevista à revista Cult, 206. São Paulo, novembro del 2015
- _____ (2014). As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível. Em: SAMPAIO JR., Plínio. Jornadas de junho: a revolta popular em debate. São Paulo: ICP.
- FATORELLI, M. L. y AVILA, R. (2015). Gastos com a dívida pública em 2014 superam 45% do orçamento federal executado. 5/2/2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidade.org.br/blog/2015/02/24/gastos-com-a-divida-publica-em-2014-superaram-45-do-orcamento-federal-executado/> Fecha de consulta: 5/5/2016.
- HILSENBECK, A. (2013). O MST no fio da navalha: dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- KREIN, J. D.; MANZANO, M. y SANTOS, A. L. (2015). A recente política de valorização do salário mínimo no Brasil'. Texto no prelo.
- NEWSWEEK (2009). Brazil's Lula: the most popular politician on Earth. 21/09/2009. Disponible en: <http://www.newsweek.com/brazils-lula-most-popular-politician-earth-79355> Fecha de Consulta: 5/7/2018.
- OLIVEIRA, A. U. (2013). A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: SADER (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Boitempo, Flacso Brasil: São Paulo.
- OLIVEIRA, F. (2013) Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo.
- PAULANI, L. (2008). Brasil Delivery. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, M. (2012). Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, F. L. B. (2016). Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo: Elefante.
- ZAGNI, R. M. (2016). 'Carta aos calouros ou bem-vindo à pátria educadora'. Boletim Adunifesp. São Paulo: maio, 2016. Em: <http://www.adunifesp.org.br/artigo/carta-aos-calouros-ou-bem-vindos-patria-educadora-por-rodrigo-medina-zagni> Fecha de Consulta: 2/7/2016.

